

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO JAGUARIBE

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2006, das 9:00 às 13:00 hs, estiveram reunidos no auditório do Show Rom, no município de Jaguaribara, os representantes das instituições membros deste comitê, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I) Abertura/Informes; II) Definir as ações prioritárias para o 2º semestre deste ano; III) Exposição sobre o VIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Vitória-ES; IV) Relato dos assuntos discutidos na reunião do grupo de articuladores do mês de julho; V) Encaminhamentos. A reunião foi aberta pelo presidente do CSBH – Médio Jaguaribe, Sr. Marx Carrieri Guedes Monteiro, representante da Câmara Municipal de Solonópole, dando boas vindas e desejando bom trabalho a todos. Convidou para compor a mesa os demais integrantes da diretoria deste colegiado, o Sr. José Daciso Maia de Sousa, representante da Associação Comunitária João Firmino de Almeida – AJFA, de Ererê, sendo vice-presidente do comitê e o Sr. Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, representante da Prefeitura Municipal de Iracema e secretário geral do colegiado. Em seguida foi feita a leitura da pauta. O Sr. Marx Carrieri deu início aos informes relatando sobre a reunião ocorrida na COGERH, no dia 14 de agosto de 2006, que teve como objetivo planejar o orçamento para o exercício de 2007, expressando sua surpresa ao ficar sabendo que o comitê dispõe de bastante recursos para ser utilizados ainda este ano, tais como: recursos para revisão do plano de bacias, duas capacitações e produção de material educativo. O Sr. Marcos André Lima da Cunha, Técnico do Núcleo de Gestão da COGERH de Limoeiro do Norte, pediu a palavra para informar que no dia 15 de setembro será realizada na Gerência da COGERH, em Limoeiro do Norte, uma reunião do grupo de operação dos Vales do Jaguaribe e Banabuiú, onde estarão presentes as diretorias dos comitês da Bacia do Jaguaribe e as comissões de usuários. Comunicou, ainda, que esteve em Iguatu no dia anterior, onde havia sido convidado para participar do congresso de renovação do CSBH – Alto Jaguaribe, e aproveitou para divulgar que a eleição para a diretoria daquele colegiado acontecerá no dia 10 de outubro de 2006. Dando continuidade aos informes, a Sra. Tereza Maria Ximenes Moreira, Coordenadora do Núcleo de Gestão da COGERH de Limoeiro do Norte, relatou sobre a reunião já, anteriormente, comentada pelo Sr. Marx Carrieri, reforçando as informações acerca do planejamento orçamentário de 2007, destacando o avanço obtido, em virtude da participação dos dirigentes de comitês neste planejamento e aproveitou para repassar algumas informações, como o fim do PROGERIRH e o início da utilização de recursos oriundos da cobrança da água da COGERH, a partir do próximo ano. Em seguida, o Sr. André Leitão Mavignier, representante do DNOCS, relatou que a sua instituição estará dando início a visita às propriedades que serão indenizadas para a construção do açude Figueiredo, com o intuito de atualizar os cadastros, já que eles foram feitos já há algum tempo. A cerca do assunto, o Sr. Marcos André, perguntou se esse trabalho seria divulgado, pois algumas vezes foi feito comentários sobre visitas de assentamento, criando expectativa na população, no entanto, não era verdade. O Sr. André Mavignier respondeu que essa atividade não seria divulgada. O Sr. Lurivan destacou que, o comitê deveria estar participando de alguma forma nesse trabalho que o DNOCS estará fazendo, já que, qualquer prática relacionada aos recursos hídricos na Sub-Bacia, deverá contar com a participação do colegiado. Já o Sr. Francisco de Assis Rabelo Pereira, representante da Prefeitura Municipal de Alto Santo, destacou que esse trabalho do DNOCS deve ser divulgado, pois como os cadastros foram feitos em 2002, com certeza os proprietários têm interesse de saber como se encontra os trabalhos. Já o Sr. Lurivan retomou a palavra para enfatizar a importância de informar para a população a realização destas visitas, pois com a comunicação prévia, os proprietários estarão preparados e mais acessíveis. O Sr. Marcos André chamou a atenção para que o DNOCS, após feitas as indenizações, providencie, simultaneamente, a retirada e derrubada das casas, pois, caso transcorra muito tempo será difícil fazê-la, devido a resistência da população, e perguntou ao Sr. André Mavignier se o DNOCS já possui recursos destinados para esse trabalho. Aproveitando a discussão, o Sr. Carlotto Pinheiro Maia, representante da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, destacou, também, que além da questão das casas há o problema dos postes que, no caso do açude Castanhão, não foram retirados há tempo,

sendo atingidos pela água. Respondendo a indagação do Sr. Carloto, o Sr. André Mavignier disse que o caso do Castanhão foi uma exceção, já que o fato deveu-se a ocorrência do forte período chuvoso em 2004, surpreendendo a todos, e não havendo tempo hábil para a retirada deste material. Finalizado esse tema partiu-se para o segundo ponto de pauta, sendo sugerido pelo Sr. Marcos André, uma inversão na pauta programada, fazendo primeiro a exposição sobre o encontro nacional. Todos da plenária concordaram. Desta forma, a Sra. Sandra Helena Nogueira Pinheiro, representante da Fundação Dr. Ozanan Monteiro de Solonópole, relatou da dificuldade de captar todas as informações num evento de tamanha grandeza, onde ocorriam várias atividades simultaneamente, inviabilizando o acompanhamento de todos os trabalhos. Destacou as inúmeras experiências de outros estados, configurando-se numa absorção de conhecimentos e enriquecimento de informações. Comentou, ainda, a respeito do atraso ocorrido na viagem, resultando em um prejuízo na participação das atividades do primeiro dia. O Sr. André Mavignier, deu seqüência a exposição, enfatizando que, em virtude deste atraso, tornou-se impossível a participação nos cursos que ocorreram paralelos ao encontro, pois a inscrição nos mesmos aconteceram no primeiro dia, e como a delegação do Ceará não chegou a tempo, as vagas foram ocupadas por outros participantes. Ele citou os comitês do Ceará que levaram trabalhos para serem apresentados, sendo eles: Comitê do Salgado, Banabuiú, Baixo Jaguaribe, Acaraú, Coreaú e Metropolitana, este último tendo levado duas experiências. Além disso, opinou acerca dos custos da água no nosso estado, considerando-os muito caro, já que, em Fortaleza, por exemplo, uma família mais humilde paga em média R\$ 18,00 de taxa. E finalizou dizendo que torcerá para que num próximo encontro deste nível, este colegiado possa levar um trabalho para apresentação. O Sr. Lurivan falou da boa perspectiva para o comitê ter um trabalho, principalmente através das oficinas que serão realizadas pelo projeto de ação complementar, onde poderá resultar em uma experiência bastante rica. O Sr. Marx Carrieri destacou que, apesar do comitê não ter levado nenhum trabalho, foi melhor que ter feito como alguns colegiados que levaram experiências, no entanto, de nível muito ruim, caso de alguns trabalhos cearenses, mas ressaltou que não só o Ceará apresentou trabalhos de baixo nível, como os demais estados também tiveram experiências pouco interessantes e enfatizou que, se é de expor um trabalho, que seja interessante e não apenas para dizer que teve apresentação. O Sr. André Mavignier endossou as palavras do presidente do comitê, relatando que em todos os estados houveram trabalhos ruins, assim como excelentes experiências, citando como exemplo de caso interessante, a apresentação de um comitê que tratava da existência dos sub-comitês. Já a Sra. Sandra aproveitou para citar um trabalho muito criticado, este diz respeito às comissões de usuários. O Sr. Abdias Monteiro Filho, representante da EMATERCE de Jaguaribe, pediu a palavra para dizer que as comissões de usuários são importantes, desde que tenha a função de ser uma extensão dos comitês, acreditando ele, que estas críticas devem ter sido mais em razão de uma apresentação ruim do que mesmo pelo trabalho em si. O Sr. Marx Carrieri destacou que uma boa experiência do nosso estado tinha sido a do comitê do Banabuiú, onde foi bem apresentado e com muita participação. Falou, ainda, que o encontro teve como tema central O Plano Nacional de Recursos Hídricos e a Gestão participativa, sendo os sub-temas: I) Planejamento e os Comitês de Bacias; II) Gestão participativa e Sustentabilidade; III) Funcionamento dos comitês. Destacou a apresentação feita pela Sra. Maria Zita Timbó, representante do DNOCS e presidente do Comitê da Metropolitana, onde colocou em debate um estudo feito sobre a cobrança da água e o seu impacto sobre a indústria canavieira, considerando que os valores cobrados neste setor são muito elevados, sendo essa atividade enquadrada como indústria, compreendendo que a mesma deveria ser enquadrada como agroindústria e ter o valor nivelado com o uso de irrigação. O Sr. Lurivan falou que a questão da cobrança é sempre discutida na reunião do grupo de articuladores, e por ser um assunto polêmico, sugeriu trazer a discussão para o comitê, incluindo como ponto de pauta em alguma reunião, já que esse debate ainda não foi feito dentro do colegiado, e lembrou da audiência pública realizada em Limoeiro do Norte. Aproveitando a discussão sobre a cobrança, o presidente do comitê relatou que, pelo observado no encontro nacional, verificou que somente o Ceará realiza a cobrança de água, configurando-se em um atraso para o nosso estado. No entanto, o Ceará é um dos estados mais avançados na questão dos recursos hídricos. Distante, ainda, de alcançar o nível de estado como São

Paulo, onde os comitês possuem fundos para grandes realizações, como obras, investimentos e muita força para tratar dos problemas ambientais. No Ceará, segundo ele, a justificativa para tal cobrança é a manutenção do sistema. O Sr. André Mavignier questionou a cobrança dessa tarifa, pois se paga os mesmos valores para água e esgoto. Porém, enquanto a CAGECE cobra dos seus usuários e paga a COGERH pela água bruta, esta última retira a água dos reservatórios sem pagar ao Estado. Já o DNOCS, quando faz essa retirada de água é penalizado, fato este ocorrido, recentemente, em Morada Nova. Já o Sr. Marcos André, salientou que a cobrança é necessária, já que a COGERH necessita de recursos para a manutenção e reformas dos açudes, e questionou o presidente do comitê sobre a declaração de que apenas o estado do Ceará faz a cobrança. O Sr. Lurivan comentou que a Bacia do Médio Jaguaribe, assim como grande parte das bacias do estado são muito frágeis no que diz respeito a recursos oriundos da cobrança, fato que leva a região metropolitana cobrir os gastos das demais bacias do Ceará, pois os recursos das bacias do interior não suprem as carências das mesmas. Em resposta ao questionamento do Sr. Marcos André, o presidente do comitê ressaltou que, realmente, existem cobranças em outros estados, entretanto, de forma diferenciada do Ceará, pois esses outros casos de cobranças são mantidos por fundos específicos, método este, que cogitou-se ser adotado pelo nosso estado há algum tempo atrás, porém não aconteceu. Segundo ele, essa discussão necessita ser ampliada, acertos institucionais precisam ser acordados, evitando, assim, algumas situações absurdas, citando como exemplo o fato da água de dentro de um reservatório ser administrada pelo DNOCS, no entanto, quando esta água é liberada a responsabilidade passa a ser do estado. São esses tipos de situações que exigem um entendimento entre DNOCS e Secretaria dos Recursos Hídricos quanto a essa questão. No que diz respeito a auto-sustentação das bacias, sugere que haja uma discussão entre as bacias onde os lucros não são suficientes para cobrir as despesas, com o intuito de chegar a um resultado que atenda aos anseios dessas bacias desfavorecidas. Salientou, também, que nos outros estados a cobrança será efetivada através das agências, é o caso de Minas Gerais, mas, somente no Ceará esta cobrança é feita de forma direta. O Sr. Marcos André relatou que, apesar de tudo, o Ceará desponta como pioneiro, tanto com a lei estadual dos recursos Hídricos, como a criação de uma instituição para fazer o gerenciamento da água do estado, no caso a COGERH, enquanto que em outros estados só foram criados depois da lei nacional. Ressaltou, ainda, que essa discussão é muito complexa e que os comitês precisam pressionar os órgãos estaduais. Aproveitou para destacar que a COGERH é mantida pela cobrança, portanto, se o governo decidir paralisar a cobrança, sem dúvida esta instituição será fechada. O Sr. Cleto Barreto Chaves, representante do SAAE de São João do Jaguaribe, pediu a palavra para dizer que há outro fator pertinente. Segundo ele, a COGERH está inchada, pois já observou que o seu quadro de funcionários é muito grande. A Sra. Neyla Cristina de Oliveira Lima, representante da CAGECE de Russas, questionou o fato da sua entidade pagar água bruta, já que qualquer captação é esta companhia que banca. Citou, também, que outra questão importante é sobre a água e o esgoto, pois gasta-se mais com tubulação de esgoto que com água. O Sr. André Mavignier explanou que é contra qualquer cobrança de taxa mínima, já que considera um absurdo pagar o que não se consome. Retornando a questão do encontro nacional, o Sr. José Jerônimo de Oliveira, representante do IRDSS de Tabuleiro do Norte, perguntou quantos trabalhos foram apresentados. O presidente do comitê respondeu que foram mais de sessenta trabalhos. O Sr. Lurivan relatou que o enriquecimento adquirido por um membro de comitê quando participa de um evento desta magnitude é muito grande. A Sra. Milena Luna Bezerra, representante da Secretaria dos Recursos Hídricos, sugeriu que, em virtude do tema cobrança de água ser muito polêmico e amplo, que seja colocado na pauta do encontro estadual. Aproveitando a proposta, o Sr. André Mavignier argumentou que essa discussão deve ser feita isolada por setores, como saneamento, irrigação, indústria, entre outros, já que a cobrança varia de valores em cada área. O Sr. Francisco de Assis Rabelo, representante da Prefeitura de Alto Santo, estranhou o Sr. André Mavignier dizer que a questão da cobrança só tenha sido discutido no Ceará, pois em participação num encontro realizado em 2003, fora do estado, ouviu falar pela primeira vez no assunto, deixando todos em alerta. O Sr. Marx Carrieri expôs que foi apresentado no encontro nacional uma minuta do regimento interno do Fórum Nacional, e que qualquer membro poderá enviar sugestão de mudança desse regimento e

entregou cópia para ser distribuído para os membros. Informou, ainda, que o relatório do Fórum estará disponibilizado no site www.rebob.org.br, e que nesta ocasião foi criado um núcleo de articuladores do Semi-árido. O Sr. Lurivan colocou que ver esse núcleo como pontapé inicial para a discussão da transposição. O presidente do comitê relatou que existem políticas para o semi-árido que não são discutidas com os atingidos desta região e informou que este núcleo foi criado no encontro realizado em Natal-RN e legalizado em Vitória-ES, esclarecendo que esse grupo não se restringe, apenas, a discussão da transposição. Aproveitando a oportunidade a Sra. Tereza comunicou que no comitê do Baixo Jaguaribe, o Sr. Francisco Rosângelo Marcelino da Silva, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, é o representante deste colegiado nessa comissão e propôs que o comitê do Médio Jaguaribe também escolha o seu representante para compor esse núcleo, não havendo interesse de nenhum membro. Após o final dessa discussão, teve início o próximo ponto de pauta, que tratou dos assuntos discutidos na reunião do grupo de articuladores do mês de julho. O presidente do comitê informou sobre o decreto do governo que determinou o novo tempo de mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas que se renovaram a partir de 10 de maio de 2006, passando estes de dois para quatro anos, podendo ser reeleitos, se enquadrando o Médio Jaguaribe nesta deliberação e entregou cópia do Diário Oficial do Estado onde encontra-se registrado este decreto. Em seguida, comunicou da proposta da SRH, de disponibilizar no seu site um fórum de debates onde somente a secretária e os presidentes dos comitês terão a senha de acesso para participar das discussões. Ele argumentou que discorda da idéia de apenas os dirigentes dos comitês terem acesso, pois acha que todos os membros deverão participar. Em seguida falou da realização do I Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas. O Sr. Lurivan disse que este encontro dará oportunidade de integração entre os dez comitês cearenses, troca de experiências e conhecimento das ações executadas em outras bacias. A Sra. Milena informou que já foi planejado o modelo de formato deste evento, que está pré-agendado para os dias 08, 09 e 10 de novembro de 2006, dependendo sua implementação apenas da liberação dos recursos. Concluído este assunto, passou-se a discutir o último ponto de pauta que tratava-se de planejar as ações prioritárias para o 2º semestre deste ano. O Sr. Marcos André analisou e concluiu que seria melhor fazer o planejamento para um ano. Porém, é praticamente impossível devido o projeto de ação complementar que está próximo a ser executado, havendo muita demanda de atividades. Segundo ele, esse projeto deverá ser bastante enriquecedor, contribuindo para que o comitê tenha uma experiência interessante. Também deixou claro que devemos ter clareza para planejar só o possível de ser realizado. O Sr. Marx Carrieri, retomou a palavra dizendo que, como os gastos do próximo ano serão financiados pela cobrança da água, seria interessante utilizar todos os recursos ainda disponíveis do PROGERIRH para este ano, já que existe recursos para duas capacitações e produção de material educativo. O Sr. De Assis Rabelo destacou que já se passaram dois meses deste ano, tornando difícil a execução dessas atividades em tão pouco tempo. O Sr. Abdias ressaltou que devemos planejar não só para o semestre, mas pensando a médio e longo prazo. O Sr. Marcos André respondeu explicando que esse planejamento a longo prazo já existe, tendo sido feito em 2004 no planejamento estratégico do comitê e que, em outra ocasião, será socializado com o comitê, já que este foi renovado e grande parte dos membros são novatos não tendo conhecimento deste planejamento, sendo sugerido pelo Sr. Abdias que a apresentação deste planejamento estratégico entre na pauta da próxima reunião. Em seguida decidiu-se a fazer a programação para os últimos quatro meses deste ano e tentar executar o que for agendado. Primeiramente, planejou-se a capacitação básica para os membros que entraram nessa nova gestão, ficando agendado para os dias 21 e 22 de setembro de 2006, no município de Jaguaribara. Depois, agendou-se a capacitação específica. Para este evento, o Sr. Lurivan solicitou sugestões de temas. O Sr. De Assis Rabelo sugeriu Educação Ambiental, tendo o apoio do Sr. Jerônimo, este último argumentando que, com a consciência ambiental da população, principalmente das margens dos rios, poderemos ter um desenvolvimento sustentável. Em complemento ao comentado pelo Sr. Jerônimo, o Sr. Cleto sugeriu que para resolver os problemas ambientais, só através de uma mobilização de professores e inclusão desta disciplina nas escolas. O Sr. De Assis Rabelo reforçou as palavras do Sr. Jerônimo, quanto a questão da consciência da população, citando-o como exemplo, pois, segundo ele, encontra-se realizando um trabalho de

recuperação das matas ciliares no seu terreno. Após essas discussões, foi acordada a realização da capacitação específica, com o tema Educação Ambiental, para os dias 23 e 24 de novembro de 2006, em Jaguaribara. Posteriormente, foi marcada a segunda e última reunião ordinária deste ano, agendada para o dia 01 de dezembro de 2006, em Jaguaribara. Dando continuidade, o Sr. Marx Carrieri indagou a plenária quanto a elaboração do material educativo. O Sr. Jerônimo sugeriu que seja criada uma cartilha sobre a Sub-Bacia do Médio Jaguaribe, contendo todas as informações hídricas acerca desta área, sendo a mesma elaborada antes do mês de novembro para que seja distribuída nas oficinas que serão realizadas dentro do projeto de ação complementar. Já O Sr. Cleto falou que preferia a criação de um vídeo, onde seria apresentado os problemas ambientais desta Sub-Bacia. Mas, não descarta a produção da cartilha, sendo que essa teria mais de caráter cômico. O Sr. Lurivan e o Sr. De Assis Rabelo sugeriram que o vídeo fosse feito como divulgação do comitê. O Sr. Marcos André relatou sobre a cartilha que foi elaborada no projeto de ação complementar do Baixo Jaguaribe e o presidente do Médio Jaguaribe achou um absurdo esta cartilha ter sido feita somente através do banco mundial. E questionou se não poderia ter sido produzida apenas com autorização da COGERH. O Sr. Marcos André esclareceu que esse procedimento deu-se pelo fato de que esse trabalho não se restringia somente a produção da cartilha, mas também, as oficinas, e que a cartilha é apenas um instrumento educativo dentro do projeto. Falou, ainda, que a linguagem utilizada na cartilha é muito interessante e poderá manter contatos com a Sra. Gigi, do Instituto TERRAMAR, responsável pela criação da cartilha do Baixo Jaguaribe para falar da idéia da criação de outra cartilha, agora para o Médio Jaguaribe, no mesmo modelo de linguagem, porém, mais sucinta. No entanto, ele ressaltou que a sua produção requer recursos financeiros. Quanto a isso o presidente do comitê declarou que o colegiado pode entrar em contato com o poder público dos municípios que compõem esta Sub-Bacia para estabelecer parcerias. A Sra. Tereza falou que seja formada uma comissão para coordenar esse trabalho. O Sr. Marx Carrieri sugeriu que o Sr. Jerônimo assumira essa coordenação, pelo fato de já estar engajado nos trabalhos do projeto de ação complementar. Essa comissão foi formada, tendo a seguinte composição, o Sr. José Jerônimo, o Sr. Cleto Chaves e o Sr. André Mavignier. Com relação ao vídeo, que seja feito um levantamento de informações para ser apresentado e que esses dados sejam repassados a Sra. Gigi, para que ela tenha conhecimento do conteúdo que deverá conter no vídeo, sugerindo que seja exibido a degradação do meio ambiente nesta Sub-Bacia, mostrando como encontra-se e o que se pode fazer para minimizar esta situação. O Sr. Lurivan, explanou que, em síntese trataria de impactos ambientais. Já o Sr. Abdias, ressaltou que o objetivo do vídeo é chamar a atenção da sociedade, com uma apresentação feita de forma simples para que haja um melhor entendimento por parte da população. Encerrada esta discussão, o presidente do comitê voltou a dar um informe, tratava-se da sua participação na Audiência Pública realizada na Assembléia Legislativa do Ceará, no dia 23 de agosto, sendo promovida pela Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos, formada pelos Deputados Chico Lopes e Tânia Gurgel. Nesta ocasião, segundo ele, agiu de forma dura com a Sra. Maria Izelda Rocha Almeida, Presidente da COGERH, em razão da matéria publicada no jornal O POVO, onde revelou a poluição existente nos reservatórios de água do Ceará. Porém, ele falou que a COGERH e a SEMACE questionaram a veracidade da reportagem, duvidando da poluição desta água. O Sr. Marx Carrieri declarou que discorda da postura destas duas instituições, pois ele acha que é grande o número de açudes que encontra-se, realmente, com suas águas poluídas. Ainda acerca desta audiência, relatou que foi um encontro importante e muito proveitoso, no entanto, decepcionou-se com o pequeno número de participantes. O Sr. Marcos André também deu outro informe, no qual diz respeito a convocação feita a COGERH pela Promotoria Pública, em razão do impacto do açude Castanhão com a mortandade de peixes no Município de Solonópole, devido as muitas chuvas ocorridas no início deste ano, em especial, durante três dias. Já o Sr. Carloto divulgou a realização de uma Feira de Negócios de Jaguaribara que acontecerá nos dias 14 e 15 de setembro de 2006. Para concluir a reunião foi feita a escolha dos vinte membros deste comitê que participarão do I Encontro Estadual do Comitês de Bacias. Sendo eles: Do segmento sociedade civil: José Jerônimo de Oliveira, Sandra Helena Nogueira Pinheiro, Francisco Alves de Sousa, Geraldo Maria Gomes, Maria Soares Bezerra Nogueira e Manuel Rivaldo Moreira. Do segmento usuários: Neyla Cristina

de Oliveira Lima, Cleto Barreto Chaves, Luiz Gonzaga Nogueira, José Nogueira de Aquino, Raimundo Augusto Sobrinho e José Daciso Maia de Sousa. Do poder público municipal: Carloto Pinheiro Maia, Francisco de Assis Rabelo Pereira, Francisco Lurivan Miranda Pinheiro, Marx Carrieri Guedes Monteiro e Joaquim Claudenísio Pinheiro. E do poder público estadual e federal: Milena Luna Bezerra, André Leitão Mavignier e Abdias Monteiro Filho. Finalizando, o Sr. Marx Carrieri agradeceu a presença de todos e que os membros possam contribuir para a execução dos trabalhos do colegiado e com o processo de crescimento desta Sub-Bacia. Nada mais havendo a se tratar e dando-se por concluída esta reunião, eu, Vandebegue Martins Chaves, Secretário Administrativo do comitê, declaro encerrada a presente ata, que segue assinada pelos membros do CSBH Médio Jaguaribe.